

O censo quilombola no Mato Grosso do Sul: avanços e controvérsias

*The quilombo census in Mato Grosso do Sul:
progress and controversies*

*El censo quilombola en Mato Grosso do Sul:
avances y controversias*

João Batista Alves de Souza

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – IFMS
joao.batista@ifms.edu.br

José Maurício Paiva Andion Arruti

Universidade de Campinas-Unicamp
jmarruti@unicamp.br

Resumo: O objetivo desse trabalho é comentar a iniciativa inédita do IBGE em realizar, no corpo do censo demográfico de 2022, um censo quilombola, tendo por referência seus resultados para o estado do Mato Grosso do Sul. Primeiro, apresentamos alguns precedentes na produção de fontes de informação sobre comunidades quilombolas no Brasil e no Mato Grosso do Sul, que nos permitem recepcionar e colocar os dados do censo em contexto. Em seguida, revemos algumas das inovações metodológicas fundamentais realizadas pelo IBGE no censo de 2022, assim como os resultados obtidos para a descrição da população quilombola no Mato Grosso do Sul. Por fim, registramos as divergências apontadas pelas lideranças quilombolas no estado com relação aos dados divulgados pelo IBGE para, em seguida, propor uma hipótese explicativa para tais divergências no estado, tomando como exemplo o caso da comunidade de

Dezidério/Picadinha.

Palavras-chave: comunidades quilombolas. Censo. Demografia. Invisibilidade.

Abstract: The objective of this work is to comment on IBGE's unprecedented initiative in carrying out a quilombola census within the framework of the 2022 demographic census, using its results for the state of Mato Grosso do Sul as reference. First, we present some precedents in the production of information sources on quilombola communities in Brazil and Mato Grosso do Sul, that allow us to receive and contextualize census data. Next, we review some of the fundamental methodological innovations carried out by IBGE in the 2022 census, as well as the results obtained to describe the quilombola population in Mato Grosso do Sul. Finally, we recorded the discrepancies pointed out by the quilombola leaders in the state regarding the data released by the IBGE, then, taking the case of the community of Dezidério/Picadinha as an example, to propose an explanatory hypothesis for such divergences.

Keywords: quilombola communities. Census. Demography. invisibility.

Resumén: El objetivo de este trabajo es comentar la iniciativa inédita del IBGE de realizar, en el cuerpo del censo demográfico de 2022, un censo quilombola, tomando como referència sus resultados para el estado de Mato Grosso do Sul. Primero, presentamos algunos precedentes en la producción de fuentes de información sobre comunidades quilombolas en Brasil y Mato Grosso do Sul, que nos permiten recibir y contextualizar datos censales. A continuación, revisamos algunas de las innovaciones metodológicas fundamentales llevadas a cabo por el IBGE en el censo de 2022, así como los resultados obtenidos para describir la población quilombola en Mato Grosso do Sul. Por último, registramos las divergencias señaladas por los líderes quilombolas en el estado con relación a los datos divulgados por el IBGE para, entonces, tomando

como ejemplo el caso de la comunidade de Dezidério/Picadinha, proponer una hipótesis explicativa de tales divergencias.

Palabras clave: comunidades quilombolas. Censo. Demografía. invisibilidad.

Introdução

A Constituição Federal de 1988 interrompeu um processo secular de invisibilização das comunidades negras tradicionais no Brasil. Por meio do artigo 68 do ADCT, o legislador constituinte optou por visibilizar essas comunidades nomeando-as como “remanescentes de quilombos”. A referência aos quilombos derivava da importância que o evento histórico do quilombo de Palmares havia adquirido, ao longo do século XX, para o movimento negro brasileiro. O artigo constitucional fazia referência, portanto, mais a uma metáfora política, do que às comunidades que seriam beneficiadas por ele. A Constituição reconheceu o direito dessas comunidades às terras que ocupam, assim como reconheceu sua cultura e documentos históricos como patrimônios nacionais (artigos 215 e 216), antes de as conhecer, de saber quantas eram, onde se localizavam. Talvez esse desconhecimento tenha sido fundamental para viabilizar esse reconhecimento.

Foram as políticas pública efetivamente criadas e executadas para as comunidades quilombolas, a partir de 2003 (Decreto presidencial 4887), que permitiram começar a reunir informações de âmbito nacional sobre essas comunidades. Na medida em que a Fundação Cultural Palmares certificava comunidades e que o Incra abria processos de reconhecimento e titulação dos seus territórios, na medida em que o Inep incluiu as escolas quilombolas no censo escolar e que o CadÚnico incluiu a identificação dos beneficiários como moradores de comunidades quilombolas, foi sendo criada uma imagem mais nítida do universo representado pelas comunidades quilombolas no país. Mesmo assim, a visão que emergia era parcial e fragmentária, na medida em que cada órgão ou política pública adotava definições funcionais aos seus objetivos ou serviços, recortando o universo quilombola a partir de critérios distintos.

Ainda assim, aos poucos, fomos desentranhando as comunidades negras tradicionais de outras formas de nomeação que as invisibilizavam, como a de camponês, agregado, trabalhador ou proletário rural. Aos poucos foi sendo reconhecida sua singularidade no interior de categorias mais amplas, com as de pobre ou de negro. O avanço desse processo, no entanto, não implicou o simples desvelamento de uma realidade dada. Foi preciso que as próprias comunidades negras tradicionais consentissem em adotar o rótulo oficial de

quilombolas, um termo que, em sua origem, é acusatório e carregado de estigma. Esse consentimento foi produzido, é necessário observar, pela presença da militância do movimento negro, pela atuação dos projetos de extensão universitários e, em alguns casos, pela busca ativa de órgãos responsáveis pelas políticas públicas nessas comunidades. A mediação desses movimentos e agências foi fundamental para a difusão dos novos significados constitucionais atribuídos à categoria quilombo e quilombola, disseminando as oportunidades abertas pelas novas políticas públicas. Era necessário que as próprias comunidades compreendessem que o uso dos termos quilombo e quilombola haviam se invertido, deixando de servir à perseguição, para servir ao reconhecimento de direitos. Era necessário que elas se reconhecessem no rótulo oficial de quilombolas.

O problema, portanto, nunca foi apenas saber quantas eram as comunidades quilombolas, onde elas se localizavam e quais suas características, todas perguntas objetivas e sincrônicas. O problema também dizia- e talvez continue a dizer, em alguma medida - respeito ao tempo exigido por esse processo de ressemantização da categoria constitucional, e por essa miríade de processos de auto-atribuição comunitária. Quanto mais se contava comunidades quilombolas, mais comunidades havia para se contar. Isso revela o fato de que as chamadas políticas de reconhecimento não apenas reconhecem, mas produzem realidade, ao alterarem o jogo de forças sociais que estabelecem os limites entre o estigma e o orgulho, o dizível e o indizível, a memória e a história.

O objetivo desse texto é comentar a iniciativa inédita do IBGE em realizar, no corpo do censo demográfico de 2022, um censo quilombola, assim como comentar os resultados dessa iniciativa com relação ao Mato Grosso do Sul. Para isso, inicialmente apresentaremos algumas das fontes de informação sobre comunidades quilombolas que nos permitem colocar os dados do censo em contexto. Em seguida, identificaremos algumas das inovações metodológicas fundamentais realizadas nesse censo, e alguns dos seus resultados, em especial ao Mato Grosso do Sul. Neste ponto passamos a registrar a divergência das lideranças quilombolas de Mato Grosso Sul com relação aos dados divulgados pelo IBGE, para em seguida, tomando como exemplo o caso das comunidades de Dezidério/Picadinha, propor uma hipótese explicativa para tal divergência.

A dispersão dos dados oficiais

Até o censo demográfico do IBGE de 2022, a população quilombola não estava ausente dos dados oficiais, mas era representada de formas parciais, derivadas das necessidades de diferentes órgãos oficiais ou políticas sociais contabilizarem seus públicos. Isso significava partir de definições e recorte distintos, o que resultava em dados descontraídos e discrepantes. Não havia qualquer base oficial que oferece uma estimativa do número de pessoas que vivem em áreas de quilombo ou, muito menos, das suas características demográficas ou socioeconômicas.

O Censo Escolar, por exemplo, que capta informações a partir da identificação de escolas localizadas em ‘áreas de quilombo’, ou que atendem crianças oriundas de comunidades quilombolas, depende da percepção ou posição política do(a) gestor(a) à frente da escola ou da secretaria de educação do município, que é quem vai efetivamente preencher o questionário do Inep. A própria captação do dado, portanto, depende da configuração política local, precisando ser revista e submetida a mecanismos de monitoramento para que o dado seja adequadamente avaliado. Segundo o Censo da Educação Básica de 2020, eram 2.526 “escolas situadas em áreas quilombolas” e 275.132 matrículas de estudantes nessas escolas, em todo o Brasil. Mas não é possível apurar, por meio deste censo, quantas comunidades quilombolas são contempladas por essas escolas. Além disso, o dado sobre quilombolas não está disponível nas edições mais recentes desse censo.

No caso do Cadastro Único (CadÚnico), o dado é captado segundo a auto-atribuição do informante, que declara sua família como moradora e pertencente a uma comunidade quilombola. O CadÚnico não discrimina, entretanto, se a área de referência da família é titulada ou não, ou em qual estágio do processo de reconhecimento ela se localiza. Também não oferece dados detalhados sobre os membros da família, impedindo comparações os dados oferecidos pelo censo demográfico, cuja unidade de coleta não é “família”, mas “domicílio”. Finalmente há a dificuldade de espacializar essa informação, já que nem todas as secretarias municipais e assistência social atualizam nos dados dos quilombolas junto ao Centro de Referência de Assistência Social.

A Fundação Cultural Palmares também possui uma lista das comunidades quilombolas, que resulta do processo administrativo de emissão a certidão

Autodefinição, que atesta às instituições e órgãos públicos que aquela comunidade deve ser contemplada pelas políticas públicas destinadas aos remanescente de quilombo. Este é o primeiro passo para a titulação do território quilombola pelo Incra, por exemplo. Na lista divulgada pela Fundação Cultural Palmares em abril de 2024, existem 3.716 comunidades quilombolas no Brasil, para as quais a FCP emitiu 3.026 certidões. A região Nordeste concentra 1.830 comunidades certificadas, seguida pela região Sudeste com 535 certificações. O Norte do país contabilizou 308 comunidades certificadas, a região Sul obteve 152 certificações e a região Centro-Oeste possui 152 comunidades quilombolas, das quais 22 estão localizadas no estado de Mato Grosso do Sul.

Finalmente, há a lista de comunidades com processos abertos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a quem compete o processo de regularização fundiária dos territórios quilombolas¹. De acordo com dados disponibilizados pelo INCRA, até dezembro de 2023, foram emitidos 349 títulos sobre 332 Territórios Quilombolas, abrangendo 382 comunidades quilombola em todo o país, totalizando uma área titulada de 1.137.730,4489 hectares. Havia também outros 577 processos abertos e ainda não concluídos, que incluíam 41.418 famílias. Desses processos em andamento, 244 estavam em fase de elaboração do relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) e 324 tinham editais publicados para a elaboração dos RTID.

Assim, a discussão sobre regularização fundiária pouco se comunicava com a questão da educação e das condições sociais das comunidades e famílias quilombolas por meio dos dados oficiais. Isso sempre manteve os estudos sobre comunidades quilombolas principalmente no plano dos estudos de caso, com poucos investimentos na produção de interpretações mais gerais, regionais ou nacionais, muito menos que fossem capazes de articular diferentes dimensões dessas realidades.

Alguns pesquisadores e grupos de pesquisa e o próprio movimento social propuseram formas alternativas de produzir e organizar informações sobre

¹ Processo composto pelas seguintes etapas: abertura do processo no INCRA para o reconhecimento do território quilombola; em seguida, o estudo da área com a produção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID); após a publicação do RTID o processo é aberto para o contraditório; a quarta etapa diz respeito à publicação da portaria no D.O.U que declara os territórios quilombolas; posteriormente o decreto presidencial autoriza a desapropriação de terras; o penúltimo passo é a retirada dos ocupantes; sendo que a última etapa é a emissão do Título de propriedade coletiva para a comunidade

comunidades quilombolas, de forma a superar tal dispersão e incompatibilidade entre as bases oficiais. Isso foi feito por meio de amostragens, como ocorreu com o projeto Quilombos e Educação, do Coletivo de Educação da CONAQ, que coletou informações de 1.097 professores(as), estudantes, pesquisadores(as), gestores, relativos à aproximadamente, 200 comunidades quilombolas de todas as regiões, presentes na Jornada Nacional realizada em dezembro de 2020. Em outros casos, foram realizados levantamentos de comunidades quilombolas estaduais e regionais, em geral realizados em parceria entre universidade e movimento quilombola, que alcançaram extensão, detalhamento e grau de acurácia muito distintos. A seguir, nos determos em duas dessas tentativas de produzir ou organizar dados estaduais e nacionais sobre as comunidades quilombolas. Elas foram escolhidas por representarem investimentos anteriores desses autores nessa direção, mas também e fundamentalmente, por nos oferecerem parâmetros válidos para recepcionar e avaliar as novas informações produzidas pelo Censo Demográfico do IBGE de 2022.

Um exercício sobre o censo 2010

Entre 2013 e 2014, pesquisadores do NEPO-Unicamp (Núcleo de Estudos de População 'Elza Berquó') e do CEM-CEBRAP (Centro de Estudos da Metrópole do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) firmaram parceria para a realização do projeto "Desigualdades e Diferenças no Brasil" cujo objetivos era desenvolver um breve estudo sobre as desigualdades no Brasil a partir dos dados oficiais e quantitativos referentes aos povos indígenas e comunidades quilombolas.

Diante da inexistência de informações oficiais detalhadas sobre a população quilombola no Brasil, a principal estratégia empreendida foi localizar ao menos os territórios quilombolas oficialmente reconhecidos e titulados e cruzar essas informações com os dados demográficos disponibilizados nos censos do IBGE. Em termos práticos, o trabalho principal resultou na criação de um banco de dados a partir da sobreposição entre os mapas georreferenciados dos territórios quilombolas titulados e os dados dos setores censitários do IBGE para o censo de 2010.

Essas informações foram colhidas em duas fontes de dados diferentes: os mapas georreferenciados (shapes) existentes na base do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que fizessem referência a territórios identificados como quilombolas, no total de 169; e, para o caso dos territórios que não possuíam tais mapas georreferenciados, utilizamos o Diário Oficial da União (D.O.U.), que possui os memoriais descritivos dos territórios. Isso resultou no georreferenciamento de 171 territórios quilombolas em todo o Brasil, reunidos em uma só base. Em seguida, esses mapas foram sobrepostos a um banco nacional de setores censitários georreferenciados, construído pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM-Cebrap). Com isso foi possível construir uma aproximação da população quilombolas daqueles 171 territórios titulados².

O produto final dessa etapa consistiu na criação de um banco de dados sobre a situação quilombola em comunidades tituladas no Brasil com dados censitários detalhados (aproximadamente 400 variáveis) sobre a população de cada um desses territórios. Apesar de não ser nosso objetivo apresentar os dados detalhados daquele estudo, vale observar que, em qualquer chave de comparação, os indivíduos dos territórios quilombolas compulsados apresentavam uma larga margem de desvantagem social com relação à população nacional e, em especial, com relação à população dos municípios em que estavam situados. Isso pode ser resumido na forma de 3 indicadores: renda, saneamento e educação.

A renda das pessoas residentes naqueles 171 territórios quilombolas titulados era, em 2010, 31,5% menor do que o rendimento médio da população indígena e aproximadamente um terço do rendimento médio mensal dos brancos. Diferentemente do que se poderia esperar, a renda mais baixa não pode ser explicada pela pobreza do município onde se localizam: a renda nominal nos territórios quilombolas é, em média, 42% mais baixa do que a da população nos municípios aos quais pertencem, uma diferença que ocorria tanto nas áreas urbanas quanto rurais. São também alarmantes os dados que mostram uma grande porcentagem de mulheres responsáveis pelo domicílio com rendimento nominal mensal de até meio salário-mínimo: se, com relação à

² A descrição minuciosa dessa metodologia está descrita em: Arruti, José Maurício et al. "Diversidade e desigualdade: contribuição metodológica ao estudo demográfico da população quilombola no Brasil. Trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em São Pedro/SP – Brasil, de 24 a 28 de novembro de 2014.

totalidade da população nacional, este conjunto de mulheres corresponde a 8,5% do total, nos setores censitários relativos aos territórios quilombolas a porcentagem atingia 23,1%.

As condições de vida em termos de saneamento também apontavam para um quadro de aguda precariedade. Nas áreas urbanas, a proporção dos domicílios com abastecimento de água é significativamente menor nos domicílios quilombolas (70%) que no restante do país (90%), incluindo os municípios nos quais estão localizados os territórios quilombolas. No que se refere ao esgotamento sanitário, os domicílios particulares permanentes com o acesso à rede de esgoto são menos frequentes nos territórios quilombolas do que nos municípios selecionados e no Brasil em geral, e essa diferença é de 6 pontos percentuais na zona rural e de mais de 30 na área urbana.

Às vulnerabilidades anteriores soma-se o analfabetismo: a porcentagem de alfabetizados com 10 anos ou mais de idade é de 91% no país e de 94,3% nos municípios em que estão localizados os territórios quilombolas, nesses mesmos territórios essa taxa é de 75,6%. Se este indicador aponta para uma situação histórica de desvantagem dos jovens e adultos quilombolas, quando observamos o mesmo indicador para a população entre cinco e nove anos, percebemos que tal desvantagem não foi mitigada pelas políticas da última década. No caso das crianças entre 5 e 9 anos, a taxa é de apenas 49,5% contra 72,0% nos municípios em que estão situados e 68,5% no total nacional. Esse quadro aponta para a reprodução das desigualdades e para um futuro sem muitas oportunidades para a parcela jovem dessas comunidades.

Um levantamento colaborativo no Mato Grosso do Sul

Entre 2018 e 2021, no Laboratório de Geoprocessamento da UFGD (LABGEO), realizamos parte do processo de pesquisa que resultou na tese intitulada *Existir e resistir: as geografias das comunidades quilombolas no município de Corumbá-MS (2021)*, também buscou-se produzir dados mais sistemáticos e detalhados, do ponto de vista geográfico e demográfico, sobre as 22 comunidades quilombolas do Mato Grosso do Sul. Disso

resultou o mapeamento disponibilizado na plataforma Geoquilombolas³, que busca apresentar os dados demográficos produzidos pelas próprias lideranças das comunidades quilombolas pesquisadas.

A pesquisa, de metodologia qualitativa, adotou como procedimentos (a) as entrevistas semiestruturadas, (b) a escuta ativa, (c) o diálogo aberto e, durante o período da pandemia de covid-19, o diálogo aberto online. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas principalmente junto às lideranças da comunidade e representantes do poder público, enquanto a escuta ativa e o diálogo aberto (presencial e online) foram realizadas com os demais sujeitos que constituem as comunidades quilombolas. Assim, foram descritas a formação e as trajetórias de cada comunidade, além da produção de informações sobre a quantidade de residentes em cada território. Para a produção da cartografia (figura 2), foram colhidos os pontos com as coordenadas geográficas de cada comunidade, ou durante a visita às comunidades pesquisadas, ou, em decorrência do período pandêmico, pelo compartilhamento da própria localização pelo aplicativo Whatsapp das lideranças das comunidades. Esses dados foram trabalhados em um software (ArcGIS 10.6), onde foram cruzados com as bases cartográficas do IBGE, para produzir o mapa de localização das 22 comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul.

A pesquisa beneficiou-se também do cruzamento com dados provenientes de duas fontes oficiais. Uma delas foi o Censo Quilombola Municipal de Corumbá, realizado entre os meses de julho e dezembro de 2017, tendo por base o questionário do Universo do Censo Demográfico do IBGE aplicado em 2010: informações sobre as características do morador, a composição dos domicílios, a participação em programas sociais, a escolaridade, a renda e o trabalho. A outra fonte oficial foi o Cadastro Geral de Informações Quilombolas (CGIQ), lançado pela Fundação Cultural Palmares em 2019, como objetivo de levantar: (a) Número de famílias; b) Localização do endereço e das coordenadas geográficas da comunidade; c) Acesso a serviços públicos; d) Empreendimentos que impactam essas comunidades; e) Conflitos fundiários; f) Atividades produtivas; g)

³ Projeto de Pesquisa Geoquilombolas: Panorama demográfico das comunidades quilombolas no Mato Grosso do Sul do Censo ao Território Edital nº 103/2023 - Fluxo contínuo para seleção de projetos de pesquisa na Instituição. Acesso em: <http://www.geoquilombolas.com.br>.

Celebrações, festejos, manifestações culturais e religiosidade. É importante registrar que moradores de pelo menos duas comunidades quilombolas de Corumbá nos explicitaram suas dúvidas sobre se deveriam efetivamente preencher o Cadastro Geral de Informações Quilombolas da Fundação Palmares. O contexto de declarações racistas por parte do presidente Bolsonaro, a sua promessa de que não demarcaria nenhum território quilombola a mais, e o perfil do então dirigente da fundação, levantavam sérias dúvidas sobre as intenções e usos das informações sobre as comunidades.

Ainda assim, a pesquisa nos permitiu mapear as trajetórias de idas e vindas entre a os territórios tradicionalmente ocupados e os núcleos familiares. Abordamos a formação das comunidades quilombolas e elaboramos um mapa interativo abrangendo os 15 municípios onde se localizam as 22 comunidades quilombolas do Mato Grosso do Sul. Adicionalmente, foram criadas páginas específicas para cada comunidade quilombola, as quais, além de detalhar a localização territorial, disponibilizam informações, vídeos e imagens que retratam a fundação, organização, expressões culturais e religiosas, bem como o processo de resistência desses grupos.

O propósito central da plataforma consiste na geração e disseminação de conteúdo informativo sobre as comunidades quilombolas localizadas no estado de Mato Grosso do Sul. Isso inclui a apresentação de dados históricos relacionados às famílias e associações que constituíram essas comunidades. A plataforma também busca ampliar a visibilidade dos eventos, celebrações culturais e do patrimônio histórico imaterial desses coletivos, servindo como um recurso informativo relevante para estudantes, educadores do ensino básico e pesquisadores interessados na temática quilombola. Representa, ainda, uma oportunidade para que as comunidades quilombolas conheçam a realidade de outras comunidades similares no próprio estado. Até a conclusão deste estudo, a plataforma registrou um total de 3.938 acessos desde o seu lançamento.

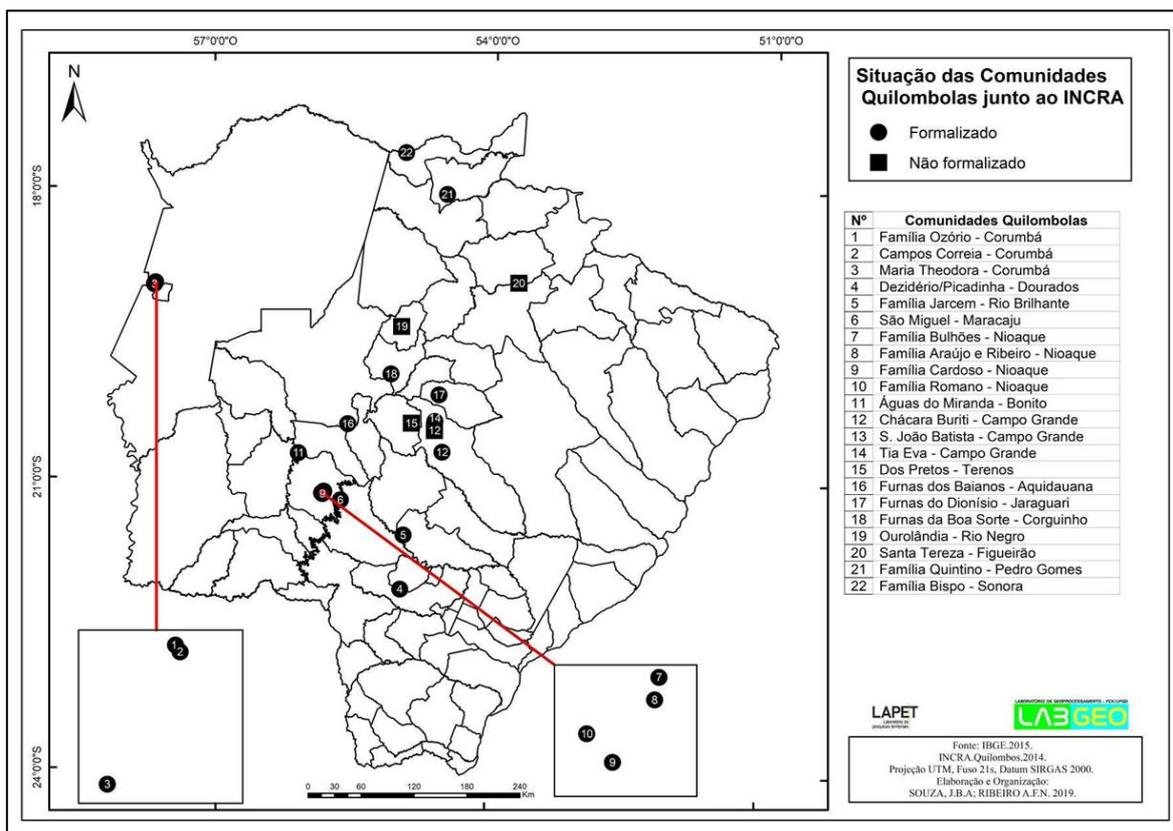


Figura 1: Situação das comunidades quilombolas no estado de Mato Grosso do Sul

Fonte: elaborada e organizada por Souza e Ribeiro (2019b).

O censo demográfico de 2022

Em 2018 tiveram início tratativas para a realização do Censo Quilombola Nacional, pela primeira vez na história do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. Além das evidentes dificuldades técnicas decorrentes da própria introdução de um ou mais novos itens de coleta de dados, o censo enfrentou também vários desafios políticos e orçamentários decorrente das políticas adotadas a partir de 2016 e aprofundadas no governo Bolsonaro.

Em abril de 2021 o governo federal anunciou que a pesquisa do Censo, já adiada em 2020, não seria realizada em 2021, por falta de previsão orçamentaria. Em resposta, o Supremo Tribunal Federal (STF) deferiu liminar favorável à Ação Cível Originária ajuizada pelo Estado do Maranhão (ACO 3508), determinando que a União e o IBGE adotassem as

medidas necessárias a□ realização do censo demográfico, entre outros motivos, para evitar descontinuidades e desequilíbrios na execução de políticas públicas. Estava em jogo o papel crucial desempenhado pelo Censo Demográfico na definição de uma agenda de Estado, por ser a, ou uma das principais ferramentas públicas capazes de oferecer um painel total da população brasileira, evidenciar demandas, avaliar os efeitos das políticas já implementadas, fonte quase exclusiva de informação para o planejamento governamental sobre os âmbitos local ou municipal (HÜBNER; RODRIGUES RECK, 2023)

Ainda assim, o censo quilombola foi desenvolvido a partir de 2020, marcado por profundas inovações metodológicas. Em primeiro lugar, respeitando o direito à consulta prévia, livre e informada, conforme a Convenção 169 da OIT, tanto quanto respondendo à uma avaliação científica sobre a eficácia técnica da participação dos próprios atores sociais na definição dos procedimentos e ferramentas do censo, houve um processo de consulta prévia às comunidades quilombolas, representadas pela CONAQ. Esse processo de consulta e diálogo foi desenvolvido em 4 etapas anteriores à própria aplicação do censo, e seguidas de outras 2 etapas, realizadas durante a sua própria aplicação, com a função de monitoramento do processo. Durante essas consultas foram discutidos os novos quesitos que deveriam ser incluídos no censo, o treinamento especial que seria dado aos recenseadores nas áreas quilombolas, as estratégias de localização dessas áreas e de comunicação com as suas lideranças, além dos resultados de uma aplicação piloto.

Na última etapa, caberia à CONAQ consultar as lideranças locais dos territórios quilombolas para verificar se o recenseamento havia sido realizado adequadamente. Diante da identificação de problemas, eles deveriam reportá-los ao IBGE.

Em segundo lugar, houve também uma importante inovação metodológica na definição das unidades de coleta dos dados censitários, com importantes impactos sobre a noção convencional de território. Decidiu-se que o quesito de identificação como quilombola abriria automaticamente e apenas quando o agente recenseador estivesse em uma área pré-mapeada como “localidades quilombolas”. Isso implicou na elaboração de uma “cartografia censitária colaborativa”, baseada em uma

tipologia inédita de “localidades”, que buscou contemplar a diversidade de formas de ocupação do território pela população quilombola. Essa cartografia foi construída com base em informações oficiais, mas também no intenso diálogo com a CONAQ, com outras organizações da sociedade civil e com lideranças comunitárias, do que resulta seu caráter “colaborativo”. Essa cartografia produziu um “Mapa de Setores em Territórios Quilombolas”, no qual constam 3 tipos de “localidades quilombolas”: “Territórios Quilombolas”; “Agrupamentos quilombolas”; e “Outras áreas de interesse censitário”.

Os Territórios Quilombolas são aqueles oficialmente delimitados, por meio de processos conduzidos pelo INCRA ou pelos Institutos de Terras Estaduais. Nessas categorias foram identificados 494 territórios, em 24 estados e no Distrito Federal, ainda que para 37 deles as informações não tenham sido sistematizadas porque não possuem limites digitalizados. Os Agrupamento Quilombolas foram definidos como os conjuntos formados por 15 ou mais indivíduos quilombolas em uma ou mais moradias espacialmente contiguas, que estabelecem vínculos familiares ou comunitários, que pertencem a Comunidades Remanescentes de Quilombos, ou que podem ser caracterizados como grupos étnico-raciais, nos termos do Decreto no 4.887, de 2003. As “Outras áreas de interesse censitário”, que não são definidas em setores censitários, são localidades que não podem ser caracterizadas pela ocupação contígua de domicílios, mas traduzem outras configurações territoriais: agrupamentos de indivíduos autodeclarados quilombolas cujos domicílios apresentem distâncias maiores que 50 metros; trechos dos territórios ou agrupamentos quilombolas que não possam ser definidos como setores censitários; residências quilombolas dispersas no entorno dos territórios e agrupamentos quilombolas; ou simplesmente áreas nas quais haja registros de provável existência de indivíduos quilombolas.

Trata-se de um esforço inédito do IBGE em superar as limitações impostas pela lógica estado-centrada, que projeta sobre a sociedade o seu padrão de divisões administrativas homogêneas e exclusivas, e que exige a contiguidade espacial entre os domicílios para a definição de unidades territoriais específicas sob a forma de setores censitários (Censo Demográfico 2022 – Quilombolas: Primeiros resultados do universo, 2023).

Foi essa metodologia que permitiu, pela primeira vez, que o Estado brasileiro reconhecesse a existência de 5.972 “localidades quilombolas” no país. Quando, no primeiro semestre de 2023, os primeiros dados do Censo Quilombola foram divulgados pelo IBGE, tomamos conhecimento de que desse total de localidades, menos de 7% são de “Territórios” de alguma forma oficialmente delimitados, enquanto a massa de 5.568 (93,2%) localidades são dos tipos “Agrupamentos” e “Outras localidades de interesse”. Delimitados, mas não necessariamente titulados: apenas 4,3% da população quilombola chegou à etapa final do processo de regularização dos seus territórios, revelando o quão pouco esse processo avançou desde a promulgação da constituição de 1988. Os 494 territórios quilombolas delimitados estão distribuídos por 24 Unidades da Federação, ficando de forma apenas Acre e Roraima⁴.

Também ficamos sabendo da existência de 473.970 domicílios com pessoas quilombolas, situadas em 1.696 dos 5.570 municípios brasileiros. E aprendemos que a região Nordeste concentra 68,19% pessoas do total de quilombolas, seguida pelas regiões Sudeste, com 13,73%, Norte, com 12,51%, Centro-Oeste, com 3,39% e, por último, a região Sul, com 2,19% da população quilombola brasileira.

Conforme esses dados, a população quilombola do Mato Grosso do Sul é composta por 2.572 pessoas. Esses indivíduos estão distribuídos em vinte e duas comunidades quilombolas, as quais estão situadas em quinze municípios do estado, todas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, mas nem todas com processos abertos no INCRA, corroborando as informações levantadas pela pesquisa de 2021 (ver figura 1).

Em maio de 2024, o IBGE divulgou novo relatório sobre o censo quilombola e indígena com dados sobre idade e gênero. Em relação à distribuição etária da população quilombola brasileira, o Censo revela que a idade mediana das pessoas quilombolas é de 31 anos, menor que a população total residente no Brasil, que é de 35 anos (2022). O relatório

⁴ Apesar disso, em 2022 foi criado Instituto Quilombola de Direitos e Defesa Social de Roraima, presidido por Manuel Pereira, ex-integrante da Associação de Remanescentes de Quilombo de Bom Jardim (ARQBOMJA), Santarém (PA). Manuel migrou para o município de Boa Vista em 2021. Ver mais em: <https://www.redeamazon.org/post/quilombolas-organizam-entidade-representativa-em-roraima>

também indica que 48,44% população quilombola brasileira possui até 29 anos de idade e o grupo com maior representatividade é de indivíduos entre 15 e 29 anos de idade, compreendendo 24,75% da população. Em seguida, temos o grupo de zero a 14 anos de idade, que representa 23,69% da população. Por fim, o grupo de 30 a 44 anos de idade corresponde a 21,92% da população quilombola. A idade mediana dos quilombolas no estado de Mato Grosso do Sul é de 35 anos, três anos acima da mediana nacional para essa população. Isso nos leva ao índice de envelhecimento (que considera a proporção de indivíduos com mais de 60 anos para cada 100 habitantes com até 14 anos) das pessoas quilombolas no estado. Se este índice é de 54,98 para o Brasil, no Mato Grosso do Sul, este número aumenta para 74,32.

Com relação à residência, 44,52% dos quilombolas sul-mato-grossenses residem em territórios quilombolas, enquanto 55,48% da população quilombola do estado estão situados fora desses territórios. Além disso, apenas 12,6% da população quilombola reside em territórios quilombolas oficialmente delimitados.

Para facilitar a compreensão dos dados divulgados pelo IBGE, elaboramos o mapa (figura 2), que espacializou a distribuição da população quilombola pelos 21 municípios sul-mato-grossense.

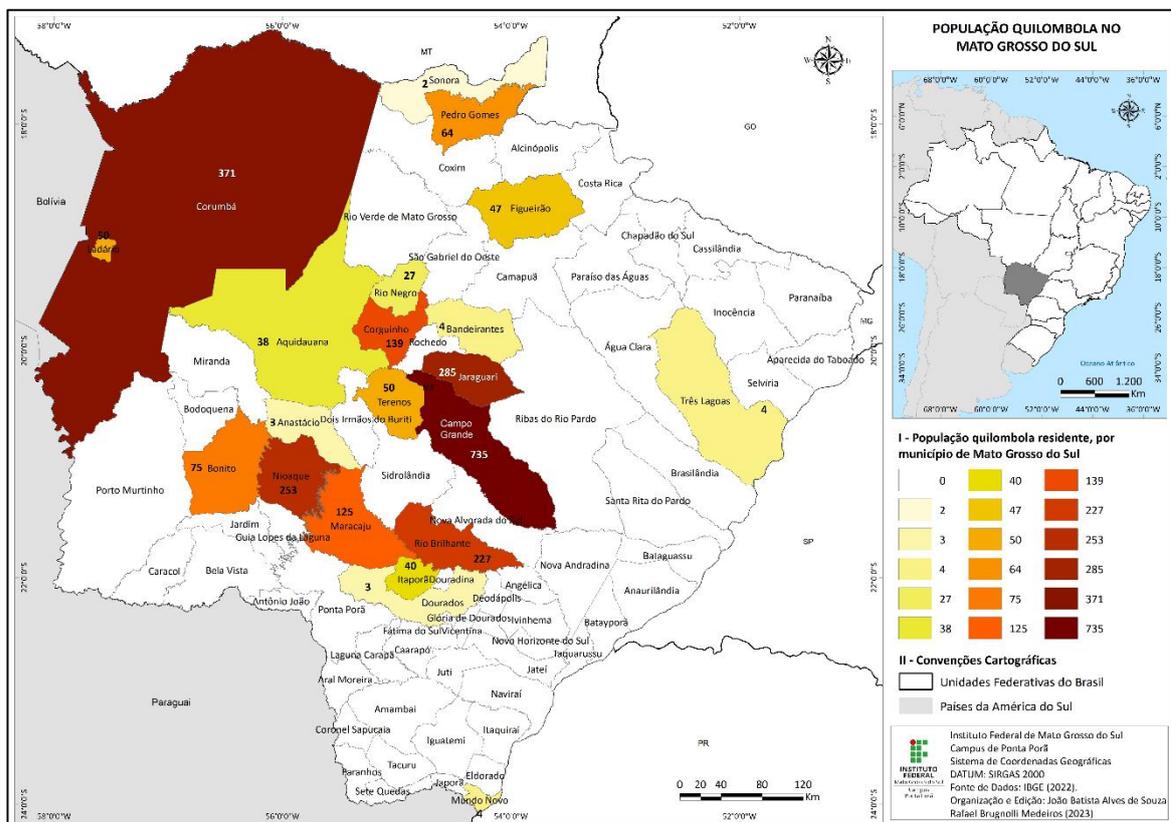


Figura 2: População Quilombola no Mato Grosso do Sul

Fonte: SOUZA, J.BS; MEDEIROS, 2023.

Apesar de não termos informações sobre Três Lagoas e Mundo Novo, nossa pesquisa informa que as 50 pessoas quilombolas que residem no município de Ladário são membros da Comunidade Campos Correia, município de Corumbá, mas localizadas fora do território quilombola. Há, entretanto, divergências entre os números apresentados pelo censo do IBGE e aqueles indicados pelas lideranças quilombolas.

Divergências entre números e limites

O período de isolamento social imposto pela pandemia de covid-19 intensificou o uso das redes pessoais e dos aplicativos de comunicação interpessoal e em grupo. As reuniões foram substituídas pelos envios de áudios via aplicativo de WhatsApp e as visitas de campo deram lugar a interações remotas. Isso resultou em inúmeras dificuldades, mas também trouxe novas oportunidades e ampliou a rede de atores engajados.

Neste período foi criado o grupo “Quilombos Unidos” no aplicativo de WhatsApp, por meio do qual realizamos muitas consultas para viabilizar o projeto Geoquilombolas e que, desde então, tornou-se um importante canal de comunicação entre os presidentes das associações quilombolas, representantes das universidades e do INCRA, entre outras entidades que pesquisam e debatem a temática quilombola nas vinte e duas comunidades quilombolas do estado.

Após a divulgação dos resultados do Censo Quilombola em julho de 2023, o grupo “Quilombos Unidos” serviu como espaço de compartilhamento da sequência de reportagens da grande imprensa regional que comentavam os dados divulgados pelo IBGE sobre o censo 2022, em especial os relativos ao Mato Grosso do Sul. Uma característica comum a essas matérias foi o modo pelo qual reforçavam a ideia de que a população quilombola no estado do Mato Grosso do Sul era diminuta, uma das menores do país. A imprensa sul-mato-grossense, que raramente publica reportagens positivas sobre a temática quilombola, passou a usar os dados do censo de forma a inverter o efeito esperado pelas lideranças: no lugar do censo servir como instrumento de visibilidade e legitimidade das comunidades quilombolas, foi usado insistentemente para diminuir o peso e o sentido desta presença, para além da dimensão especificamente demográfica. Uma reportagem publicada no portal G1, por exemplo, afirmava que “o número dos quilombolas do estado de Mato Grosso do Sul só não é menor que a do Distrito Federal, onde foram registradas moradia de 305”⁵. Outra matéria publicada pelo Correio do Estado, destacava que “o número de 2.546 pessoas quilombolas corresponde a 0,09% do total de moradores do Estado”⁶. Vários outros sites enfatizaram a mesma ideia: “Baixa população quilombola em MS ocorre por fatores históricos, diz

⁵ TAVARES, Gabrielle. Censo Demográfico: Mato Grosso do Sul tem a 2ª menor população quilombola do país. G1MS, Campo Grande, 27 de julho. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2023/07/27/censo-demografico-mato-grosso-do-sul-tem-a-2a-menor-populacao-quilombola-do-pais.ghtml> Acesso em: 10 março. 2024.

⁶ VACCARI, Glauce. Mato Grosso do Sul tem a segunda menor população quilombola do País. Correio do Estado, Campo Grande, 27 de jul. de 2023. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/cidades/mato-grosso-do-sul-tem-a-segunda-menor-populacao-quilombola-do-pais/418021/> Acesso em: 15 março. 2024.

pesquisador” (Campo Grande News)⁷, “Quilombolas representam 0,9% dos moradores de Mato Grosso do Sul” (Primeira Página)⁸. Essas matérias da imprensa baseavam-se nas informações disponibilizadas por um informativo à imprensa do próprio IBGE no dia 27 de julho de 2023 “com os primeiros resultados do Censo Demográfico 2022 para a população Quilombola”. Nas 5 páginas do informativo, o IBGE destacava os seguintes tópicos: (1) Mato Grosso do Sul tem o quarto menor número de pessoas quilombolas entre as Unidades da Federação; (2) Mato Grosso do Sul possui 21 municípios com pessoas quilombolas; (3) Média de moradores em domicílios ocupados de MS com pelo menos um morador quilombola e de 2,95; e (4) Mato Grosso do Sul ocupa o terceiro lugar entre os estados com maiores percentuais de população quilombola em territórios oficialmente delimitados. No segundo desses tópicos, o informativo trazia uma tabela com a população quilombola residente por município no estado (Figura 3).

⁷ CORREIA, Guilherme. Baixa população quilombola em MS ocorre por fatores históricos, diz pesquisador. CAMPO GRANDE NEWS, Campo Grande, 29 de jul. de 2023. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/baixa-populacao-quilombola-em-ms-ocorre-por-fatores-historicos-diz-pesquisador>. Acesso em: 16 março. 2024.

⁸ PP, Redação. Quilombolas representam 0,9% dos moradores de Mato Grosso do Sul. Primeira Página, Campo Grande, 27 de jul. de 2023. Disponível em: <https://primeirapagina.com.br/cidadania/quilombolas-representam-09-dos-moradores-de-mato-grosso-do-sul/>. Acesso em: 24 março. 2024.

Tabela 1 - População quilombola residente, por município de Mato Grosso do Sul		
	Município	Pessoas quilombolas (Pessoas)
1	Campo Grande (MS)	735
2	Corumbá (MS)	371
3	Jaraguari (MS)	285
4	Nioaque (MS)	253
5	Rio Brilhante (MS)	227
6	Corguinho (MS)	139
7	Maracaju (MS)	125
8	Bonito (MS)	75
9	Pedro Gomes (MS)	64
10	Terenos (MS)	50
11	Ladário (MS)	50
12	Figueirão (MS)	47
13	Itaporã (MS)	40
14	Aquidauana (MS)	38
15	Rio Negro (MS)	27
16	Três Lagoas (MS)	4
17	Mundo Novo (MS)	4
18	Bandeirantes (MS)	4
19	Dourados (MS)	3
20	Anastácio (MS)	3
21	Sonora (MS)	2

Figura 3: População quilombola residente por municípios no Mato Grosso do Sul

Fonte: IBGE, Informativo para a imprensa (27/06/2023)

Não bastasse o desconforto com o uso que a imprensa estadual vinha fazendo desses dados, ao tomarem conhecimento do próprio informe à imprensa do IBGE, por meio do grupo “Quilombos Unidos”, as lideranças das comunidades quilombolas de Dezidério Felipe de Oliveira e Picadinha, ou simplesmente Picadinha (municípios de Dourados e Itaporã), Furnas do Dionízio (Jaraguari), Família Bispo (Sonora), Comunidade dos Pretos (Terenos) e Águas do Miranda (Bonito e Santa Tereza de Figueirão) identificaram divergências importantes com relação aos números apresentados naquela tabela com a população quilombola residente em seus municípios. Em pelo menos seis municípios a população quilombola recenseada ficou abaixo de quatro pessoas, e em pelo menos quatro municípios foram identificadas divergência com relação ao número de pessoas quilombolas identificadas pelas lideranças.

As lideranças da comunidade de Picadinha, por exemplo, questionavam o número de apenas 3 quilombolas residentes no município de Dourados e de 40 no Município de Itaporã. Em contraste com esses dados, elas argumentavam com o número de cestas básicas distribuídas pela Subsecretaria de Igualdade Racial durante a pandemia de covid-19, que contemplara 142 famílias no município de Dourados. Outra evidência, agora

oficial, de um possível erro no recenseamento do IBGE relativo à comunidade de Picadinha está no portal do Ministério da Saúde, que apresenta a população quilombola imunizada em cada município. Nele há o registro de que 89 quilombolas foram imunizados com a primeira dose da vacina no município de Dourados, sobre uma população quilombola residente de 57 pessoas.



Figura 4: Ministério da Saúde - Vacinômetro COVID-19

Fonte: Ministério da Saúde, 2021.

O fato de existirem mais quilombolas acessando cesta básica do que quilombolas vacinados, e mais vacinados do que residentes no município, segundo informações provenientes de duas políticas públicas diferentes, é um importante indicativo da complexidade que envolve a contagem de população quilombola, da diversidade dos modos de habitar e pertencer, e de como a mobilidade quilombola pode impactar sobre os registros oficiais. Contudo, o aspecto mais relevante para as lideranças quilombolas é o fato de que qualquer daqueles números supera em dezenas de vezes os 3 quilombolas recenseados pelo IBGE em 2022.

A tabela (Tabela 1), apresenta o resultado dos nossos esforços para apurar os pontos de divergência entre lideranças quilombolas e o censo do IBGE. Ela identifica distorções em pelo menos 6 municípios, chegando a um número estimado de quilombolas residentes que praticamente triplica a população recenseada pelo IBGE naqueles municípios. Tendo por referência

essa divergência, seria necessário acrescentar 793 pessoas quilombolas ao total de 2.546 recenseadas pelo IBGE no estado.

Município	CENSO -IBGE	Comunidades Quilombolas
Dourados	3	229
Jaraguari	285	400
Bonito	75	128
Terenos	50	156
Figueirão	47	228
Sonora	2	64
Total	412	1.205

Tabela 1 - População quilombola nos municípios de MS

Fonte: IBGE e comunidades Quilombolas, 2024. Elaboração própria.

As lideranças quilombolas recorreram ao poder público e encaminharam ofícios e e-mails para o escritório do IBGE no estado, solicitando a correção dos dados informados, alertando para como tais divergências podem trazer prejuízos para a população quilombola sul-mato-grossense, principalmente no acesso à saúde e educação, entre outras políticas públicas. Em 02 de agosto de 2023, a liderança da comunidade quilombola Família Bispo, (Sonora), encaminhou ofício Supervisão de Disseminação de Informações - SDI, solicitando a correção dos dados informados de 2 para 64 pessoas quilombolas existentes na comunidade. Poucos dias depois, em 14 de agosto, algumas lideranças se reuniram na superintendência da Unidade Estadual do IBGE no estado para discutir essas divergências. Em 27 de outubro, nós encaminhamos por e-mail a nossa lista atualizada (Tabela 1) para Supervisão de Disseminação de Informações - SDI, sem conseguirmos resposta. Em 26 de abril de 2024, encaminhamos à própria Superintendência do IBGE em Mato Grosso do Sul uma solicitação de informações especificamente relacionada às divergências apontadas pela Comunidade de Picadinha. Desta vez, obtivemos em resposta, o documento intitulado *Informações Gerais Prestadas*, assinado eletronicamente no dia 06 de maio de 2024.

O documento começa lembrando as atribuições das diferentes instituições relacionadas ao tema: da Fundação Cultural Palmares em manter um cadastro de comunidades certificadas, do Incra em abrir

processos de regularização e concluí-los, assim como do IBGE na produção e análise, pesquisa e disseminação de “informações de natureza estatístico-demográfica, socioeconômica, geocientífica, geográfica, cartográfica, territorial, geodésica e ambiental”. Em seguida descreve brevemente a metodologia adotada pelo Censo Demográfico de 2022 para a identificação e contagem de localidades e pessoas quilombolas, ponderando que ela foi elaborada por meio de consultas públicas junto às organizações representativas da população quilombola e que, durante a “operação censitária”, coube ao IBGE respeitar e não avançar sobre as atribuições legais de outros órgãos.

Finalmente, o documento passa a descrever, mais concretamente, que, seguindo a metodologia acordada, os recenseadores aplicaram a pergunta “você se considera quilombola?” em toda as localidades identificadas como contendo domicílios da comunidade, além de terem sido colhidas informações sobre de pessoas quilombolas residentes fora das áreas pré-definidas como localidades quilombolas. Em seguida, apresenta o mapa de localização que, por razões que não conseguimos apurar (o processo de regularização fundiária do INCRA ainda se encontra em sigilo), divide o território da comunidade em dois: Território Dezidério Felipe de Oliveira e Picadinha, e Território Picadinha. O mapa mostra os dois territórios ocupando uma área contígua, mas irregularmente recortada entre eles, com manchas descontínuas, salpicada de trechos não quilombolas. Algo que não está explícito no documento, mas é importante para a interpretação da situação é o fato do território dessas comunidades estar completamente cercado por fazendas de monocultura, principalmente de soja.

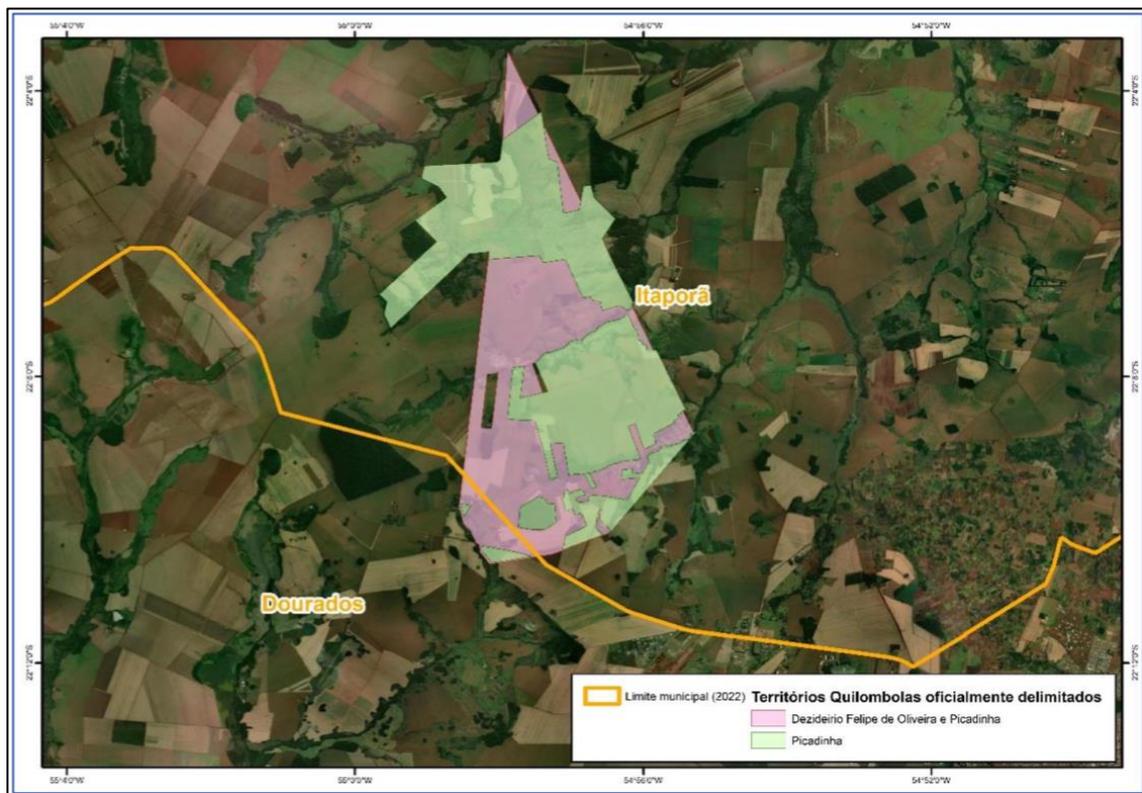


Figura 5 - Mapa de localização das comunidades de “Dezidério Felipe de Oliveira e Picadinha” e “Picadinha”

Fonte: IBGE, 2024.

Finalmente, o documento responde aos questionamentos das lideranças de duas formas. Na primeira, ele informa os números de residentes quilombolas nos Municípios em questão: 40 pessoas quilombolas em Itaporã, sendo que 35 em Território Quilombola; e 29 pessoas quilombolas em Dourados, sendo que nenhuma delas em território quilombola. “Ou seja”, diz o documento, “dentro do Território Quilombola de Dourados, na pergunta se o informante e seus familiares se identificavam como quilombolas, a resposta foi sempre negativa”. Por outro lado, o documento informa os números de residentes totais nos Territórios Quilombolas: 128 pessoas residentes no Território Dezidério Felipe de Oliveira e Picadinha, sendo que apenas 3 delas se declararam quilombolas, todas moradoras de Itaporã; 63 pessoas residentes no Território Picadinha, sendo que apenas 32 autodeclaradas quilombolas, novamente todas no município de Itaporã. Para facilitar a visualização dos dados, nós os resumimos na tabela abaixo (Tabela 2)

Município	TQ Dezidério e Picadinha	TQ Picadinha	Fora de TQ	Total
Dourados	0	0	29	29
Itaporã	3	32	5	40
Total	3	32	34	69

Tabela 2 - População residente nos municípios de Dourados e Itaporã, dentro e fora dos Territórios Quilombolas

Fonte: Elaboração própria. Fonte: Informações Gerais Prestadas, IBGE (06.05.2024)

O relatório, portanto, corrige os dados relativos ao município de Dourados: de 2 para 29 indivíduos quilombolas residentes, justificando essa correção da seguinte forma:

“Os resultados [atuais] referem-se a□ segunda apuração do Censo Demográfico 2022, compostos pelos dados coletados até□ o dia 28/05/2023 com a incorporação das revisões de campo e outros ajustes realizados entre 29/05/2023 e 07/07/2023.

O número de 69 pessoas quilombolas em ambos os municípios, entretanto, continua divergindo dos 229 quilombolas contabilizadas pelo presidente da Associação Rural Quilombola Dezidério Felipe de Oliveira (ARQDEZ), criada em 31 de março de 2005, ano em que teve início o processo de titulação de seu território. Qual a explicação para essa divergência? Tomaremos o caso de Dezidério/Picadinha como exemplo para propor uma hipótese.

A hipótese da multipolaridade territorial

A comunidade quilombola Dezidério/Picadinha originou-se da territorialização de Dezidério Felipe de Oliveira, nascido em 1867, na cidade de Uberaba (MG), sob condição escrava. No ano de 1907, Dezidério migrou para a região sul de Mato Grosso, estabelecendo-se no atual Distrito de Picadinha, do município de Dourados (Dias, 2017). Em meados da década de 1920, Dezidério obteve o título provisório do território que ocupava,

delimitado com uma área de 3.748 hectares, mas faleceu no ano de 1935 sem conseguir a titulação definitiva das terras (Saruwatari, 2014). Depois da morte de Dezedério, sua viúva, que não era alfabetizada, concedeu plena autoridade ao engenheiro agrônomo, que havia realizado a delimitação de 1920, para gerir os trâmites relacionados à titulação das terras (idem). Depois de realizada a titulação, em 1938, o engenheiro alegou que a viúva de Dezedério possuía dívidas com ele, as quais deveriam ser compensadas com a transferência da propriedade sobre as terras da família (Santos, 2010). Este foi apenas o início do processo de expropriação das terras da família de Dezedério. Dos 3.748 hectares existentes em 1935, restaram apenas 40 hectares em 2010, onde quinze núcleos familiares persistem, mantendo-se por meio da agricultura familiar (Figura 6).

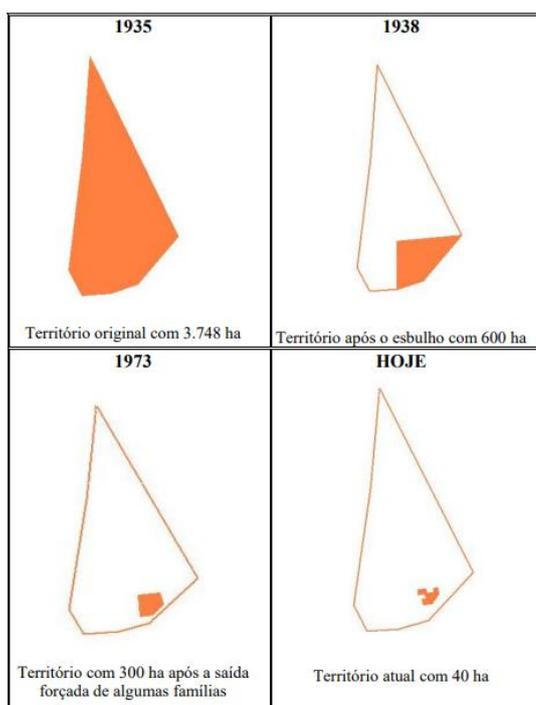


Figura 6 - Fragmentação do território 1935- 2010

Fonte: Santos, 2010, p. 229.

Santos (2010) e Saruwatari (2014) destacam a dispersão territorial vivenciada desde então pelos descendentes de Dezedério. A maioria dos núcleos familiares quilombolas originários de Picadinha migraram de seu território tradicional para a área urbana de Dourados, estabelecendo-se predominantemente nos bairros Jardim Flórida I e II, Jardim Clímax, Alto do Indaiá, Vila Matos, Vila Almeida, Jardim Primavera e BNH 1º Plano. No que

concerne as pessoas quilombolas que têm por referência o território tradicionalmente vinculado a Dezidério, Santos (2010) registrou a presença de 37 pessoas quilombolas habitando uma área de 40 hectares e um contingente de 325 quilombolas vivendo na zona urbana de Dourados e em outros municípios do Estado de Mato Grosso do Sul. Saruwatari (2014), por sua vez, registra 40 pessoas quilombolas residentes na comunidade e um número superior a 300 quilombolas nas periferias da cidade de Dourados, em decorrência daquele despojo territorial.

Conforme relatado pela liderança e presidente da ARQDEZ, no ano de 2024, o território de 40 hectares abriga 18 famílias, somando um total de 40 indivíduos quilombolas na comunidade. Adicionalmente, estima-se que aproximadamente 229 quilombolas residam nos bairros Jardim Flórida I e II, Jardim Clímax, Alto do Indaiá, Vila Matos, Vila Almeida, Jardim Primavera e BNH 1º Plano.

Além disso, Santos destaca a existência de “relações mais densas entre as pessoas que moram na Picadinha com as que residem atualmente na cidade de Dourados” (SANTOS, 2010: 242), constitui uma rede entre núcleos familiares que permite aos que estão fora do território, na periferia urbana, acessarem recursos do território. Sem acesso direto à terra, os núcleos quilombolas urbanos criaram estratégias de sobrevivência baseadas em uma multiterritorialidade.

O fenômeno identificado na comunidade quilombola Dezidério Picadinha assemelha-se, portanto, ao conceito de multipolaridade territorial já descrito para as comunidades quilombolas de Corumbá: conjunto de lugares produzidos pelos núcleos familiares na sua mobilidade cotidiana entre os bairros da cidade de Corumbá e as sedes das comunidades quilombolas, assim como nos seus deslocamentos decorrentes do ciclo de cheias do Rio Paraguai, que inunda o território tradicionalmente ocupado, as áreas de agricultura familiar, lotes, assentamentos⁹.

⁹ Ver mais em: DE SOUZA, J. B. A. A produção de multipolaridades territoriais na comunidade quilombola ribeirinha Família Ozório (Aquirrijo) no Pantanal sul-matogrossense. *Boletim Campineiro de Geografia*, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 47-62, 2023. DOI: 10.54446/bcg.v12i1.2836. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2836>. Acesso em: 31 maio. 2024.

Compreende-se que as comunidades quilombolas responsáveis pela produção de territórios multipolares são aquelas cujo território não se limita a uma área exclusiva e definida e onde os quilombolas circulam por distintas localidades, motivados por fatores ambientais, econômicos e conflitos fundiários. Neste contexto, os núcleos familiares que migraram para a área urbana continuam a manter vínculos com o território de origem, assim como os novos lugares quilombolas criados no espaço urbano servem de apoio às necessidades de mobilidade daqueles situados no território de origem.

Tudo indica que Picadinha vive fenômeno semelhante de multipolaridade territorial, constituído a partir dos fluxos, deslocamentos e mobilidades dos núcleos familiares quilombolas que se deslocam entre o Território de Picadinha, no município de Itaporã, e a área urbana do município de Dourados, onde não foram identificados como pessoas quilombolas pelo Censo 2022.

Considerações finais

Até os anos de 2023, a representação da população quilombola nos dados oficiais era fragmentada e inconsistente, refletindo a falta de uma base oficial capaz de oferecer informações ao mesmo tempo gerais e precisas sobre o número e as características demográficas e socioeconômicas dessa população. O censo de 2022 representou um marco na superação dessa lacuna. Os resultados concernentes ao estado de Mato Grosso do Sul, entretanto, nos oferecem um ponto de vista crítico sobre os resultados deste esforço, de valor teórico e metodológico. As divergências entre os dados oficiais e aqueles estimados pelas lideranças e associações quilombolas são bons para pensar por que evidenciam desafios que não são apenas da “operação censitária”, mas da própria definição histórica e antropológica das comunidades e dos territórios quilombolas.

Primeiro, observamos que o sentido mais geral do Censo, de conhecer e visibilizar as comunidades e pessoas quilombolas, foi invertido por parte da imprensa local. Os dados divulgados foram divulgados e comentados em sob um viés político, que busca transformar o que deveria ser apenas uma comparação entre a população quilombola do Mato Grosso do Sul e de

outros estados, em um enunciado sobre a suposta irrelevância social dessa população.

Em seguida, buscamos organizar as informações provenientes das críticas que diversas lideranças quilombolas fizeram aos dados divulgados. A discrepância entre os números oficiais do Censo 2022 e as estimativas das próprias comunidades quilombolas não apontam necessariamente para um erro - seja na apuração das lideranças ou dos recenseadores do IBGE - mas para a complexidade inerente à identificação e ao registro de populações que, em função de uma histórico de expropriações e de adaptações sociais e ecológicas, constroem não apenas diferentes “espaços de vida” (Courgeau, 1974; Domenach e Picouet, 1996), mas verdadeiros territórios multilocalizados.

A breve análise do caso da comunidade quilombola Dezidério/Picadinha, sublinha a necessidade de completar o recenseamento demográfico oficial decenal de populações quilombolas com análises qualitativas e dados complementares, de forma a capturar a diversidade de suas experiências territoriais e mobilidades. Ela mostra também, mais uma vez, a importância da produção dos censos demográficos e da ampla e democrática discussão dos seus resultados. A população cada vez mais tem assumido uma posição ativa diante da “operação censitária”, porque ela definitivamente deixou de ser apenas um dispositivo biopolítico, ou apenas uma das ferramentas de construção do nacional. O censo cada vez mais é também instrumento de controle do próprio Estado, ao servir à população como parâmetro para demandar e avaliar políticas públicas, assim como tornou-se, definitivamente, um espaço de questionamento da homogeneidade nacional, servindo de instrumento de reconhecimento da diversidade nacional, ampliando e colorindo o velho retrato de família.

Referências

ARRUTI, J. M. Quilombos. *In*: Osmundo Pinho; Lívio Sansone. (org.). **Raça; Novas Perspectivas Antropológicas**. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2008, v. 1, p. 315-350. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/3tqqd> Acesso em: 04 fev. 2024.

BRASIL, IBGE. Brasil tem 1,3 milhão de quilombolas em 1.696 municípios. **Agência IBGE** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37464-brasil-tem-1-3-milhao-de-quilombolas-em-1-696-municipios-do-pais> Acesso em: 15 março. 2024.

BRASIL, IBGE. **Censo 2022 Panorama indicadores quilombolas.** Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=3> Acesso em: 4 maio. 2024.

BRASIL, IBGE. **Informações Gerais Prestadas.** A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 4071795441368873557 e o código CRC CA42B3BB. Superintendência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em Mato Grosso do Sul. Acesso em: 6 de Maio de 2024, às 12:32:2.

BRASIL, INCRA. **Títulos expedidos às comunidades quilombolas** Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundaria/Vejaoandamentodatitulaoqueilombola_31.12.2023.pdf Acesso em: 15 maio. 2024.

BRASIL, INCRA. **Títulos expedidos às comunidades quilombolas.** Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundaria/Vejaoandamentodatitulaoqueilombola_31.12.2023.pdf Acesso em: 15 maio. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. **Coletânea de Legislação Ambiental e Constituição Federal.** MEDAUAR, O. (org.). 7. ed. Coleção RT Minicódigos. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2008. 1117 p.

BRASIL. Ministério da saúde. **Vacinômetro.** Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/SEIDIGI_DEMAS_Vacina_C19/S/EIDIGI_DEMAS_Vacina_C19.html Acesso em: 20 abril. 2024.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Programa Brasil Quilombola.** Brasília, DF: 2004. 48 p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/376?mode=full>. Acesso em: 12 nov. 2019.

COLLADO, LETÍCIA FIGUEIREDO; LEICHSENRING, ALEXANDRE RIBEIRO; MOUNTIAN, ANDRÉ GAL. A Saga do Censo Demográfico brasileiro de 2020. Boletim de Políticas Públicas/OIPP No16 agosto/2021. Disponível em: https://sites.usp.br/boletimoipp/wp-content/uploads/sites/823/2021/10/Collado_Leichsenring_Mountian_agosto_2021.pdf. Acesso em: 29 maio. 2024.

COURGEAU, D. Les premières migrations de Français dans la période contemporaine. Population (French Edition), 29e Année, Migrations, pp. 11-24, mar. 1974.

DIAS, Lúnia Costa. **Comunidade Quilombola Dezidério Felipe de Oliveira**. Belo Horizonte: FAFICH, 2017.16p. (Terras de quilombos) Baseado no Relatório antropológico de identificação e delimitação do território da Comunidade Quilombola Dezidério Felipe de Oliveira / de Carlos Alexandre Barbosa Plínio dos Santos. Disponível em https://assets-global.websitefiles.com/5f80666abc83ca81a92a2c8e/62e96f0630621dbcc5d3d1cb_Dezid%C3%A9rio-MS.pdf Acesso em: 29 maio. 2024.

DOMENACH, H. e PICOUET, M. Las Migraciones. Tradução Eduardo Bologna. Dirección General de Publicaciones de la Universidad Nacional de Córdoba. Córdoba, 1996.

HÜBNER, Bruna Henrique; RODRIGUES RECK, Janriê. Ação Cível Originária (ACO) 3508 e a importância da realização do censo demográfico para às políticas públicas no Brasil. Direito e Desenvolvimento, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 211-223, 2023. DOI: 10.26843/direitoedesenvolvimento.v14i1.1488. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/1488>. Acesso em: 29 maio. 2024.

MATO GROSSO DO SUL, Diário Oficial nº 7.078. Página 56 de 31 de janeiro de 2011. Disponível em: <https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/40709> Acesso em: 29 maio. 2024.

MOURA, C. **História do negro brasileiro**. São Paulo, SP: Ática, 1989.

SANTOS, C. A. B. P. dos. **Fiéis descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais Sul-Mato-Grossenses**. Tese de doutorado. Brasília: UNB, 2010.

SARUWATARI, Gabrielly Kashiwaguti. **Comunidade Quilombola Dezidério Felipe de Oliveira: tradição, política e religião entre os “negros da Picadinha”**. 2014. 195 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/117/2/GabriellyKashiwagutiSaruwatari.pdf> Acesso em: 30 maio. 2024.

SOUZA, J. B. A.; MEDEIROS, B. R. (orgs.). **População Quilombola no Mato Grosso do Sul**. Fonte de dados: IBGE (2022) (1870-1976). Projeção, UTM, Fuso 21s, Datum SIRGAS, 2020.

SOUZA, J. B. A.; SILVA, P. A. A. (orgs.). **Mapa de localização das comunidades quilombolas no município de Corumbá – MS, Corumbá, MS: LABGEO/UFGD. IBGE. Mapeamento das unidades territoriais**, 2015. INCRA. Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária/Quilombos, 2014. Imagem Online Map. Projeção, UTM, Fuso 21s, Datum SIRGAS, 2019.

SOUZA, João Batista Alves de. **Existir e resistir: as geografias das comunidades quilombolas no município de Corumbá-MS**. 2021. 387 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2021.

AUTORES

João Batista Alves de Souza

Possui Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS (2007), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD (2010) e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD (2021). Realizou Estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília - UnB. (2023-2024) Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - IFMS - Campus Dourados. Ganhador do Prêmio Capes de melhor Tese em Geografia - Edição 2022.

E-mail: joao.batista@ifms.edu.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4724688760902492>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5073-3534>

José Maurício Paiva Andion Arruti

Possui Mestrado e Doutorado em Antropologia Social no Museu Nacional-UFRJ. Professor Dr. do Departamento de Antropologia da UNICAMP e pesquisador do CEBRAP (Núcleo Afro), credenciado nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), Ciências Sociais (PPGCS) e História (PPGH) da UNICAMP. Realizou estágios pós-doutorais no CEBRAP (FAPESP, 2003-2006), na Getty Foundation, Los Angeles, CA (2015) e na Jackson School of International Studies da University of Washington, Seattle, WA. (BPE-FAPESP, 2018).

E-mail: jmarruti@unicamp.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5528125458118360>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7281-1158>

Recebido para publicação em junho de 2024.

Aprovado para publicação em setembro de 2024.